



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA

**PROCESSO N.º 21814/2008 (2 volumes e 3 anexos)**

**PARECER N.º 781/2014-DA**

**EMENTA:** Representação n.º 11/2008-DA. SO. Contrato n.º 17/2008. Consultoria para a Elaboração do Programa de Proteção, Planejamento e Gestão para a Estação Ecológica de Águas Emendadas e a Estação Ecológica do Jardim Botânico. Afronta aos princípios da isonomia, da impessoalidade e da moralidade. Razões de justificativa. Improcedência. Aplicação de multa aos responsáveis e inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança. Inidoneidade da pessoa jurídica contratada. Necessidade de apuração em sede administrativa.

Trata-se de Representação Ministerial que denuncia a ocorrência de irregularidades durante o procedimento licitatório que originou o Contrato n.º 17/2008, firmado entre a Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal e o CONSÓRCIO GEOLÓGICA AMBIENTAL LTDA/ECOTECH TECNOLOGIA AMBIENTAL E CONSULTORIA LTDA (folhas 1 a 3).

2. O certame objetivou a contratação de empresa de consultoria para a Elaboração do Programa de Proteção, Planejamento e Gestão para a Estação Ecológica de Águas Emendadas e a Estação Ecológica do Jardim Botânico, utilizando-se de recursos repassados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no montante de R\$ 581.450,94 (DODF n.º 62, de 02/04/2008).

3. Este **Órgão Ministerial**, por meio da Representação n.º 11/2008-DA (folhas 01 a 03), denunciou a participação de servidores públicos no quadro societário da empresa integrante do consórcio vencedor do certame, pontuando, em razão disso, indícios de favorecimento e violação aos princípios da impessoalidade e da moralidade. À época, propôs ao e. **Plenário** autorizar a realização de inspeção para examinar:

- a) a regularidade da participação dos servidores público no capital social da empresa ECOTECH, bem como eventuais atos praticados pelos servidores em defesa dos interesses da empresa no processo licitatório; e
- b) o procedimento licitatório, especialmente os critérios de habilitação e classificação técnica, e a execução do contrato, a fim de verificar a legalidade e o atendimento aos princípios da isonomia e impessoalidade.

4. Autorizada e realizada a inspeção na SO/DF e no IBRAM/DF<sup>1</sup>, o e. **TCDF**, por meio da Decisão n.º 7774/2009, determinou, dentre outras providências:

- a) ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a abertura de procedimento administrativo disciplinar para fins de verificação de descumprimento de

<sup>1</sup> Decisão n.º 4144/2008.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

preceito legal apontado no artigo 30, "caput", do Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal aprovado pela Lei federal nº 7.479, de 2.6.1986, pelo bombeiro militar referido nos parágrafos 35/39 da instrução, uma vez que o referido militar foi o signatário do Contrato nº 17/08 firmado com a Secretaria de Obras do Distrito Federal como representante da empresa ECOTECH Tecnologia Ambiental e Consultoria Ltda.;

- b) à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDUMA a abertura de processo administrativo disciplinar, para fins de apuração de descumprimento de preceito fundamental delineado nos princípios da isonomia, moralidade e da impessoalidade e por atentar contra a Lei nº 8.112/1990 (artigo 117), recepcionada no Distrito Federal pela Lei n.º 197/1991, pelo responsável mencionado nos parágrafos 40/48 da Informação, atual Superintendente da Superintendência de Licenciamento e Fiscalização do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental - IBRAM/DF, tendo em vista possível conflito de interesses em razão do cargo que ocupa na Administração Pública e por ter sido proprietário da empresa ECOTECH Tecnologia Ambiental e Consultoria Ltda., à época em que se encontrava em andamento na Secretaria de Obras do Distrito Federal o procedimento licitatório que deflagrou a contratação daquela empresa, via Contrato nº 17/08, em consórcio com a firma GEOLÓGICA Consultoria Ambiental Ltda.;
- c) à Secretaria de Obras do Distrito Federal a abertura de sindicância para fins de investigação de supostas irregularidades praticadas pelos componentes da Comissão Especial de Licitação, nomeados pela Portaria nº 16, de 25.10.2007, mencionados nos parágrafos 51/55 da Instrução, responsáveis pela condução da seleção de consultores por meio da SDP nº 002/2007-SO/DF, que redundou na contratação do consórcio GEOLÓGICA Consultoria Ambiental Ltda. / ECOTECH Tecnologia Ambiental e Consultoria Ltda., uma vez haver consentido a participação de empresa que tinha em seus quadros societários servidor público lotado no mesmo órgão contratante e por haver permitido que servidor sócio cotista praticasse atos e firmasse o Contrato nº 17/08, sem o devido respaldo do contrato social ou do representante legal; e
- d) à Agência de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA que avalie a possibilidade de proceder à abertura de sindicância para fins de investigação de suposta irregularidade praticada pelo servidor mencionado nos parágrafos 49/50 da Informação, ocupante de cargo em comissão, na condução do certame licitatório que ensejou a contratação da empresa ECOTECH Tecnologia Ambiental e Consultoria Ltda., que o tem como um de seus sócios.

5. Realizados os respectivos procedimentos administrativos disciplinares, o c. **Plenário**, levando em conta a bem lançada Informação n.º 20/2011-3ª ICE/GAB (folhas 233 a



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

243), o teor do Parecer n.º 924/2011-DA (folhas 245 a 250) e o refinado Voto do Ilustre Conselheiro Manoel Andrade, deliberou por meio da Decisão n.º 5128/2013:

(...)

III - autorizar a audiência para apresentar razões de justificativa, no prazo de 30 dias: a) do responsável nomeado no § 12 da Informação n.º 20/2011, por ofensa aos princípios insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal e no art. 3º da Lei das Licitações, bem como por desrespeito às políticas de contratação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, haja vista que: a.1) quando foi deflagrado o processo de seleção que deu origem ao Contrato n.º 17/08, celebrado entre a Secretaria de Obras e o consórcio GEOLÓGICA/ECOTECH, ocupava o cargo de Superintendente de Gestão de Áreas Protegidas do IBRAM/DF – órgão diretamente interessado na contratação – e, concomitantemente, integrava o quadro societário da empresa ECOTECH; a.2) como titular do cargo referido na alínea a.1, teve conhecimento do Termo de Referência para a elaboração do estudo antes da publicação do edital, consoante declarou à Comissão de Avaliação de Dano e Procedimento Disciplinar – CDPD, da SEDUMA; a.3) o conflito de interesses retratado na alínea “a.1” não restou elidido em razão da transferência realizada pelo servidor de suas quotas de participação na empresa ECOTECH, nos termos da Alteração Contratual n.º 03 da Sociedade; b) dos membros da comissão de licitação nominados no § 13 da Informação n.º 20/2011, por consentirem com a participação de empresa que tinha em seu quadro societário servidor público lotado no órgão interessado na contratação – conflito de interesses que a Alteração Contratual n.º 03 da ECOTECH não elidiu –, e por haverem permitido que sócio cotista praticasse atos e firmasse o Contrato n.º 17/08 sem o devido respaldo do contrato social ou do representante legal; (...)

6. Os autos se encontram na fase de exame das razões de justificativa e foram remetidos a este **Órgão Ministerial** pelo I. Conselheiro Manoel Andrade, na forma do Despacho Singular n.º 190/2014-GCMA (folha 371). Na sequência, reproduzo, **in verbis**, as razões dos Justificantes:

**a) Senhor Eduardo Henrique Freire (folhas 312 a 315):**

A Terceira Procuradoria do Ministério Público de Contas e a Terceira Inspeção de Controle Externo desse Tribunal elaboraram informações onde admitem a possibilidade de que o Requerido seria responsável por irregularidades cometidas no Contrato n.º 17/2008, firmado entre a Secretaria de Obras do Distrito Federal e o Consórcio Geológica Consultoria Ambiental LTDA/Ecotech Tecnologia Ambiental e Consultoria LTDA, para a prestação de serviços de elaboração do Programa de Proteção, Planejamento e Gestão para a Estação Ecológica de Águas Emendadas e a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília.

Ambos partem do pressuposto de que o Requerido teve conhecimento prévio do conteúdo do Termo de Referência que fez parte do edital para a seleção dos consultores que redundou no contrato acima citado. É que ambos os relatores ao destacarem declaração do Requerido perante Comissão Administrativa Disciplinar na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal-SEDUMA (aberta por recomendação desse Tribunal de Contas por meio da Decisão no 7774/2009): "Antes da publicação do edital tive conhecimento do Termo de Referência para a elaboração do estudo, pois como Superintendente fui consultado a respeito." entenderam que o Requerido teve conhecimento do conteúdo do Termo de Referência que fez parte do edital citado e com isto, teria privilegiado a empresa da qual seu filho é cotista. Ocorre que ao afirmar que teve conhecimento do Termo de Referência antes da publicação do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

edital o Requerido disse que foi consultado a respeito da inclusão da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília no mesmo edital de licitação. Até aquela data só estava prevista a elaboração de um Projeto de Proteção da Estação Ecológica de Águas Emendadas (fls. 31 proc. 21.814/08) e o Requerido foi consultado quanto à possibilidade de inclusão de mais uma estação ecológica (a do Jardim Botânico) no mesmo edital, mantendo-se os mesmos valores para a execução dos planos de manejo das duas Estações Ecológicas, com o que o Requerido concordou. Esse foi o conhecimento que o Requerido teve do Termo de Referência em questão. Nenhum outro mais. Não teve conhecimento prévio do conteúdo do Termo de Referência que fez parte do edital da licitação e muito menos possibilitou o acesso da empresa da qual seu filho é cotista ao conteúdo do Termo de Referência como está sendo afirmado em ambas as informações referidas.

Dois dos membros da Comissão de Licitação afirmaram de forma categórica que o Requerido não teve acesso e nem participação no processo de seleção e, tão pouco, ao material referente à licitação, o qual permaneceu sob a guarda dos membros da comissão (fls. 161,162 e 163 proc. 21814/08). Portanto não há que se falar em ofensa aos princípios da Lei das Licitações: impessoalidade, moralidade e isonomia.

Há outra afirmação da Terceira Inspeção de Controle Externo com a qual o Requerido não concorda: '...a empresa ECOTECH da qual era sócio cotista, integrou a lista de participantes do referido certame. Para tanto, o Sr. Eduardo transferiu sua cota parte para seu filho Daniel Chevallier Freire, por meio da 3ª alteração contratual da empresa ECOTECH, entendendo que isso seria suficiente para resolver o conflito de interesse em razão do cargo que ocupava na Administração Pública e por ser integrante de empresa participante do certame.' (fls. 238 proc. 21.814/08). À época da transferência de minhas cotas para meu filho, a ECOTECH não fazia parte do certame, como afirma a 3ª Inspeção. Sequer havia sido nomeada a comissão de licitação para o certame em discussão.

A comissão de licitação só foi nomeada com a publicação, no Diário Oficial do DF, de 26 de outubro de 2007, da Portaria n.º 16, de 25 de outubro de 2007, do Secretário de Obras do DF, (fls. 34 proc. 21.814/08), que, com vista o constante no processo no 0410.004.785/2007, designa comissão especial de licitação para realizar concorrência para contratação de serviços técnicos de consultoria para elaboração do programa de proteção para as Estações Ecológicas de Águas Emendadas e do Jardim Botânico. E a comissão só foi nomeada após os convites para manifestação de interesse das empresas em participarem do certame ter sido expedido pela Unidade Gestora do Projeto do BID - prática rotineira em projetos financiados por esta organização.

O consórcio Geológica/Ecotech foi formalizado em 15/10/2007 (dois meses após a transferência das minhas cotas para meu filho) - data da manifestação de interesse do consórcio em participar da licitação (fls.108 proc. 21.814/08).

Afirmam, ainda, que o IBRAM teve participação ativa na gestão e recebimento dos trabalhos da consultoria contratada.

No entanto, no processo consta documento que demonstra que o IBRAM não participou do certame até março de 2009: é o Ofício no 100.000.450/2009 - SEGER/IBRAM, da lavra da Secretária-Geral do IBRAM, que em 24 de março de 2009, afirma que o processo que deu origem ao contrato n.º 17/08, em discussão, não havia tramitado naquele Instituto, até aquela data. (fls. 42 proc.21.814/08). Juntou, ao ofício, o demonstrativo do Sistema de acompanhamento de processos do GDF. (fls. 44 e 45 proc. 21.814/08).

O contratante no caso em tela era a Secretaria de Obras e o executor do contrato n.º 17/08 era servidor da Secretaria de Obras, tendo sido designado pelo Secretário de Obras do DF, conforme pode ser comprovado pela Portaria n.º 136 de 06 de novembro de 2008 (fls. 43 proc.21.814/08).

Portanto, deve ser afastada a hipótese de que as normas do BID foram feridas como afirma a Terceira Inspeção de Controle Externo: '...pois as normas do agente financiador (BID) para a referida contratação proíbe expressamente a adjudicação do contrato a empresa consultora que tenha relação comercial ou familiar com um membro do pessoal



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

contratante direta ou indiretamente envolvido na preparação do Termo de Referência dos serviços e na execução do contrato...’ (fls. 238 proc. 21.814/08). O Requerido não esteve envolvido na elaboração do termo de referência e muito menos na execução do contrato. O executor do contrato era servidor da Secretaria de Obras.

Em momento algum o Requerido participou de qualquer etapa da licitação e em momento algum privilegiou qualquer empresa.

Quando fui convidado a participar da gestão do IBRAM, como dirigente da área de gestão de áreas protegidas, solicitei a transferência das minhas cotas da Ecotech para meu filho, Daniel Chevallier Freire, por entender que minha participação na Sociedade não estaria eticamente correta, embora amparada legalmente. No curto período que fui cotista da Ecotech (janeiro a agosto de 2007) não participei da gestão daquela Empresa, seja como dirigente técnico, seja como dirigente administrativo.

Desde final de julho de 2007, quando comuniquei aos sócios da Ecotech a minha pretensão e tive suas aquiescências, não mais participei formal ou informalmente das transações que dizem respeito à Ecotech. O contrato social da Ecotech só foi alterado em 15 de agosto de 2007 em função do prazo para a elaboração do mesmo pela empresa de contabilidade que presta serviços para a Ecotech.

O Requerido foi cedido pelo GDF ao Governo Federal por 12 anos, onde desempenhou funções tais com a de Presidente e Diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, sendo ordenador de despesas em orçamento que aproximava de 5 (cinco) bilhões de reais, sem ter cometido um deslize sequer que pudesse manchar sua reputação de servidor dedicado à causa de bem servir o público brasileiro. À esta época o Requerido apresentou sua renúncia ao direito de sigilo fiscal e bancário ao Procurador-Geral da República e ao Secretário da Receita Federal do Ministério da Fazenda como forma de facilitar qualquer investigação na sua área de atuação (documentos anexos). (sic);

**b) Senhora Luizalice Barbaro Guimarães Labarrere (folhas 324 a 325):**

Sou servidora do Governo do Distrito Federal desde 1988, como comissionada e fui efetivada, por concurso, em 1993. Por ter experiência e conhecimento especializado em Unidades de Conservação, fui designada para elaborar o Termo de Referência para o Programa de Proteção, Planejamento e Gestão para a Estação Ecológica de Águas Emendadas e a Estação Ecológica do Jardim Botânico, além de compor a Comissão de Licitação pertinente.

Reafirmo que somente eu tive conhecimento do conteúdo do citado Termo de Referência, até a data permitida para divulgação no processo licitatório.

Eu sabia que o senhor Eduardo Henrique Freire trabalhava no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM, mas fui informada de que ele havia transferido suas cotas da empresa ECOTECH.

Também tinha relacionamento profissional e pessoal próximo aos coordenadores e alguns membros das demais empresas concorrentes no procedimento licitatório.

Antes da situação em análise, eu nunca tinha assumido uma Comissão de Licitação dessa magnitude, ainda mais de um trabalho contratado por outra Secretaria, diferente da que eu estava subordinada.

Existia uma Unidade de Gestão de Programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, na Secretaria de Obras, estruturada de forma adequada e com consultores capacitados para darem consultoria administrativa, financeira e legal. Por isso, fiquei responsável pela análise técnica das propostas apresentadas, que foram devidamente pontuadas para a escolha da empresa vencedora.

Diante do exposto, reforço que o trabalho realizado teve rigoroso acompanhamento e avaliação técnica. Além, disso, é de fundamental importância para o meio ambiente, bem como para o Governo do Distrito Federal.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

Em nenhum momento houve má fé da minha parte ou da comissão da qual eu participei;

**c) Senhor Edilson Domingos Vieira (fls. 330/332):**

05. Conforme anteriormente informado, o processo em referência se iniciou com a finalidade de apurar supostas irregularidades cometidas no Contrato nº 17/2008, firmado entre a Secretaria de Obras do DF e o consórcio ECOTECH/GEOLOGIA.

06. Quanto ao ora justificante, na condição de presidente da Comissão Especial de Licitação-CEL, tem convicção que as documentações e propostas apresentadas pelas empresas concorrentes da licitação em comento, foram submetidas à análise da CEL, tais fatos comprovados por rubricas e assinaturas apostas em tais documentos, conforme p. exemplo a ser observado nas folhas 61 a 63 dos autos.

07. Contrariamente ao entendimento da Terceira Inspeção de Controle Externo em seu Ato de Informação e posteriormente o representante do Ministério Público atuante no Tribunal de Contas do DF, não concorreu o ora justificante com qualquer ato omissivo capaz de beneficiar o consórcio cujo sócio, posteriormente denunciado, seria servidor do órgão contratante.

08. Este justificante, à época da concorrência, desempenhava atividades no Instituto Brasília Ambiental –IBRAM/DF, sendo nomeado como presidente da Comissão Especial de Licitação-CEL, por ato do Secretário de Obras-SO.

09. Em que pese, não ter obtido qualquer tipo de treinamento ou capacitação por parte de Secretaria de Obras-SO, para o desempenho da função ordenada, cumpriu rigorosamente as atribuições dadas à CEL, no que tange sua nomeação como presidente.

b1. Da documentação apresentada

10. As documentações das 06 (seis) empresas concorrentes no processo de licitação, durante a fase de homologação, foram entregues à CEL nas instalações da Secretaria de Estado de Obras, na antiga sede administrativa do GDF, em Taguatinga/DF, onde foram analisadas pelos membros da comissão, em sala disponibilizada pela SO para tal fim.

Após análise detalhada, as documentações foram consideradas satisfatórias, vez que atendiam as exigências do edital licitatório e as exigências do BID.

11. Cabe ressaltar, que as empresas participantes manifestaram conhecimento e concordância com exigências do Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID, dentre elas não ter servidor público na condição de funcionário destas. Fato este não detectado por esse justificante à época da análise documental, diante dos meios disponibilizados para tal.

b2. Das propostas técnicas

12. Seguindo a orientação do BID, a CEL recebeu e analisou as propostas técnicas apresentadas pelas empresas FINATEC, FUNATURA e o consórcio das empresas GEOLOGICA/ECOTECH. Tais propostas foram minuciosamente analisada se diante da melhor qualidade técnica, sendo apontada como vencedora a proposta apresentada pelo consórcio formado pelas empresas ECOTECH/GEOLÓGICA, que notadamente se tratava da mais vantajosa ao órgão contratante.

Que tal trabalho também foi executado sem qualquer tipo de ingerência sequer denúncia a respeito da participação de servidores públicos nas empresas concorrentes.

13. Assim, este justificante entende que se houve a prática de algum ato ilegal, este foi praticado pelo servidor público que figurou como integrante do quadro do social da empresa vencedora do certame. É sabido por todos aqueles servidores que integram a Administração Pública, que esses estão impossibilitados de contratar com o ente que os mantém. Mesmo porque, o justificante se recorda que todas as empresas participantes manifestaram conhecimento das exigências do BID, onde se inclui não existência de pessoas na condição de servidores público integrando tais empresas. Não poderia este justificante, como Presidente da CEL, supor que sócio impedido estaria no contrato social de alguma das empresas concorrentes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

14. Não houve por parte do justificante, nenhum ato omissivo ou intencional praticado com o objetivo de beneficiar o consórcio vencedor do certame que resultou na celebração do contrato nº 17/2008, não havendo que se falar em responsabilização por qualquer dano sofrido pela contratante. Importante frisar, que se houve prejuízo a contratante, este se deu em razão da possível má-fé dos servidores vinculados às empresas.

16. Feitos esses esclarecimentos, necessário se faz que esse i. relator afaste qualquer responsabilidade imputada ao ora justificante, pois não praticou qualquer ato de favorecimento que ensejasse favorecimento ao consórcio ECOTECH/GEOLOGIA durante o processo licitatório da SO.

17. Em tempo, vale ressaltar que o justificante mesmo sem receber qualquer tipo de orientação ou treinamento para a realização dos trabalhos no âmbito da comissão e mesmo sendo sua primeira atuação neste tipo de comissão não se furtou de atentar às exigências legais, desempenhando suas obrigações com grande afinho e dedicação.

18. Que o serviço objeto da licitação foi plenamente executado, sendo inclusive elogiado por representantes do BID que acompanhavam o Programa de Saneamento Básico do Distrito Federal, cujo banco fez suporte financeiro para a execução do programa como todo; e

**d) Senhor Aylton Lopes Santos (fls. 333/335):**

4. Este Requerente foi nomeado pela Portaria nº 16 da Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal-SO, de 25/10/2007, como membro da Comissão Especial de Licitação, criada com "finalidade de proceder a realização de licitação, na modalidade concorrência, objetivando a contratação de serviços técnicos de consultoria para elaboração do programa de proteção para as estações ecológicas de águas emendadas e do jardim botânico".

5. Como membro da CEL, o Requerente recebeu e examinou, durante a fase de habilitação, toda a documentação apresentada pelas empresas. Nesta ocasião, as empresas Fundação Pró-Natureza-FUNATURA, Fundação Aroeira, Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos-FINATEC, MRS Estudos Ambientais Ltda, o consórcio ECOTECH/GEOLOGICA e o consórcio PROVITA/ATEC, como interessadas no certame, atenderam as exigências legais da administração pública e do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, não sendo detectado por este Requerente qualquer tipo de pendência ou irregularidade que propiciasse à desclassificação de qualquer destas. Para a realização deste trabalho, a SO disponibilizou um espaço nas instalações desta secretaria na antiga sede administrativa do GDF, em Taguatinga-DF.

6. Além da apreciação dos documentos apresentados pelas empresas proponentes, a CEL avaliou as manifestações de interesses de tais empresas e também a qualificação técnica de cada uma destas, em relação aos objetivos e características exigidos pela Administração Pública e pelo BID, consolidando tais trabalhos no 'Relatório de Avaliação das Manifestações de Interesse', datado de 1º de novembro de 2007 (fls. 53 a 55 – proc. 21814).

7. Posteriormente, a CEL analisou as propostas técnicas apresentadas por três das organizações interessadas. O trabalho foi concluído em 25 de janeiro de 2008. Nele, as empresas FUNATURA e FINATEC foram desclassificadas por não alcançarem a nota mínima necessária para prosseguir no processo licitatório. Somente o consórcio GEOLOGICA/ECOTECH obteve pontuação superior ao mínimo estipulado, sendo qualificado para a etapa de Abertura das Propostas de Preços.

Do contrato SO – Consórcio GEOLOGICA/ECOTECH

8. O Contrato nº 017/2008-SO foi assinado em 1º de abril de 2008, pelo Secretario de Estado de Obras do Distrito Federal e pelos diretores técnicos das empresas consorciadas GEOLOGICA/ECOTECH (fl. 93). É de salientar que este Requerente não participou de tal ato de assinatura, não autorizou nem possuía competência para autorizar que sócio



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

cotista assinasse o referido contrato sequer teve uma minuta do contrato submetida à sua apreciação.

Da Denúncia

9. O requerente tomou conhecimento da possível participação de servidor público no quadro societário da empresa contratada, quando, em meados de setembro de 2008, após solicitações de informações do 4º Ofício de Licitações e Contratos da Procuradoria da República no Distrito Federal/MPF, verificou denúncia anexa ao ofício exarado pelo douto Procurador da República Rômulo Moreira Conrado.

10. Que este Requerente não mantinha nem mantém no seu círculo de amizade nenhum dos supostos servidores membros da empresa contratada nem tinha qualquer outro vínculo ou motivo para favorecer, por ação ou omissão, nenhum destes.

11. O Requerente desempenha funções na Administração Pública desde o ano de 1991, jamais praticando qualquer ato desabonador da sua conduta.

12. Que em relação ao 'fato de Luizalice Labarrère ter afirmado, perante a Comissão de Sindicância da Secretaria de Obras, que a comissão de licitação tinha conhecimento que o servidor Eduardo Freire fez parte da ECOTECH' (fls 278 dos autos), o Requerente estranha tal afirmação e humildemente discorda, pois, somente suspeitou de tal fato, após o recebimento da solicitação de informações do 4º Ofício de Licitações e Contratos da Procuradoria da República no Distrito Federal/MPF (grifo nosso).

13. Com tais esclarecimentos, necessário se faz que o relator afaste qualquer responsabilidade imputada ao Reclamante, em vista que este não praticou qualquer ato ilegal que desse margem a favorecimento do consórcio ECOTECH/GEOLOGIA durante o processo licitatório de contratação de serviços de consultoria para a prestação de Serviços de Elaboração do Programa de Proteção, Planejamento e Gestão para a Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESEC-AE) e a Estação Ecológica do Jardim Botânico (ESEC-JB).

14. Em tempo, o Requerente ressalta que mesmo sem o oferecimento de capacitação por parte da Secretaria de Estado de Obras, realizou todo trabalho de incumbência da comissão especial de licitação com dedicação e seriedade necessária, atentando sempre os ordenamentos legais.

7. A Unidade Técnica pôs-se à análise das razões de justificativa, conforme reproduzo a seguir:

**a) Senhor Eduardo Henrique Freire (folhas 363 a 364):**

7. Os argumentos apresentados pelo justificante são improcedentes conforme será exposto a seguir.

8. Primeiro, ao contrário do afirmado pelo Justificante, o IBRAM/DF participou ativamente do certame que gerou o Contrato nº 17/08. A Comissão de Licitação era composta por servidores do Instituto (fl. 07 do Anexo I). O presidente da referida comissão, Senhor Edilson Domingos Vieira, era, inclusive, subordinado direto do Senhor Eduardo Henrique Freire, pois o primeiro ocupava o cargo de Gerente de Gestão de Unidades de Conservação (fl. 355), enquanto o segundo era titular da Superintendência de Unidades de Conservação (fl. 356).

9. Segundo, é inverossímil a afirmação de que o Senhor Eduardo Henrique Freire apenas aquiesceu com inclusão do Jardim Botânico no objeto da licitação sem ter conhecimento do conteúdo do Termo de Referência. A Senhora Luizalice Barbaro, ex-servidora do IBRAM/DF, afirma, em suas razões de justificativa (fl. 324), que foi designada para elaboração do Termo de Referência para o Programa de Proteção, Planejamento e Gestão para as Estações Ecológicas de Águas Emendadas e do Jardim Botânico (fl. 324). Ora, é pouco crível que o então Superintendente de Gestão de Áreas Protegidas do Instituto não





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

participou da elaboração do citado termo de referência, documento com ligação direta com sua área de atuação.

10. Terceiro, a transferência das cotas da empresa Ecotech Tecnologia Ambiental e Consultoria LTDA. do Senhor Eduardo Henrique Freire para seu filho ocorreu em 15/08/2007 (fl. 349), ou seja, após a autuação do procedimento licitatório, em 09/08/2007 (fl. 01 do Anexo I), e não antes da sua posse no cargo de Superintendente de Gestão de Áreas Protegidas do IBRAM/DF, em 31/07/2007 (fl. 356). Caso a sua intenção fosse dar transparência à sua gestão no Instituto, a mudança do quadro societário da ECOTECH deveria ter ocorrido antes do exercício do cargo.

11. Verifica-se que as razões de justificativa do Senhor Eduardo Henrique Freire, CPF nº 146.245.241-87, são, no mérito, improcedentes, restando ao TCDF deliberar sobre aplicação de multa ao ex-gestor; e

**b) Senhora Luizalice Barbaro Guimarães Labarrere, Senhor Edilson Domingos Vieira e Senhor Aylton Lopes Santos (folha 369):**

16. Os depoimentos dos integrantes da Comissão de Licitação à Comissão Disciplinar da Secretaria de Obras desmentem as razões de justificativa apresentadas.

As respostas dadas à pergunta 4 evidenciam que os três justificantes não fizeram uma análise acurada da parte documental das licitantes que participaram do certame (fls. 48, 339e 351). Ativeram-se apenas aos quesitos técnicos das propostas.

17. Sobre a referida situação, a Comissão de Sindicância da Secretaria de Obras, instaurada para verificar a adequabilidade da atuação dos membros da CPL no processo seletivo em análise, concluiu (fl. 353):

‘Cumpre destacar, para melhor compreensão da matéria em tela, que foram colhidos 03 (três) depoimentos deste Processo Administrativo de Sindicância, os quais leva-nos a admitir que as inciativas tomada pelos servidores em tela acham-se eivadas de irregularidades quanto às medidas tomadas para análise dos documentos relativos a licitação, que segundo os integrantes da comissão de Licitação, apenas os documentos técnicos foram analisados, as demais documentações não foram consideradas como relevantes para escolha do vencedor do certame’.

18. A simples leitura do Contrato Social da empresa ECOTHEC com suas alterações – documento constante do processo de contratação - permitiria verificar as ilegalidades apontadas pelo TCDF na alínea “b” do item III da Decisão nº 5.128/2013.

19. Observa-se que as razões de justificativa dos Senhores Luizalice Barbaro Guimarães Labarrère (CPF nº 309.853.341-72), Edilson Domingos Vieira (CPF nº 120.447.331-53) e Aylton Lopes Santos (CPF nº 563.701.481-72) são, no mérito, improcedentes, restando ao TCDF deliberar sobre a aplicação de multa.

**8. Em conclusão, a Instrução manifestou-se e sugeriu:**

20. As razões de justificativa apresentadas em função das letras “a” e “b” do item III da Decisão nº 5.128/2013 são improcedentes, restando à Corte deliberar pela aplicação das respectivas penalidades.

21. Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal que:

I - tome conhecimento das razões de justicativa apresentadas em função das letras “a” e “b” do item III da Decisão nº 5.128/2013 (fls. 312/325 e 329/335), considerando-as, no mérito, improcedentes;

II - delibere sobre aplicação da multa prevista no inciso II do art. 57 da Lei Orgânica do TCDF aos seguintes indivíduos: a) o Senhor mencionado no parágrafo 11 desta Informação por ofensa aos princípios insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal e no art. 3º da Lei das Licitações, bem como por desrespeito às políticas de contratação do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

Banco Interamericano de Desenvolvimento, haja vista que: (1) quando foi deflagrado o processo de seleção que deu origem ao Contrato nº 17/08, celebrado entre a Secretaria de Obras e o consórcio GEOLÓGICA/ECOTECH, ocupava o cargo de Superintendente de Gestão de Áreas Protegidas do IBRAM/DF – órgão diretamente interessado na contratação – e, concomitantemente, integrava o quadro societário da empresa ECOTECH; (2) como titular do cargo referido no item 1, teve conhecimento do Termo de Referência para a elaboração do estudo antes da publicação do edital, consoante declarou à Comissão de Avaliação de Dano e Procedimento Disciplinar – CDPD, da SEDUMA; (3) o conflito de interesses retratado no item 1 não restou elidido em razão da transferência realizada pelo servidor de suas quotas de participação na empresa ECOTECH, nos termos da Alteração Contratual nº 03 da Sociedade;

b) os Senhores mencionados no parágrafo 19 desta Informação por: (1) consentirem com a participação de empresa que tinha em seu quadro societário servidor público lotado no órgão interessado na contratação – conflito de interesses que a Alteração Contratual nº 03 da ECOTECH não elidiu –, e (2) haverem permitido que sócio cotista praticasse atos e firmasse o Contrato n.º 17/08 sem o devido respaldo do contrato social ou do representante legal, ofendendo os artigos 3º e 28, III, c/c art. 43, inciso I, da Lei nº 8.666/93;

III - autorize o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.

9. Este **MPCDF** não tem reparos à manifestação da Unidade Técnica. Apenas, para repisar, traz argumentos de arrimo.

10. A regra genérica de impedimento constante dos itens 1.6 (Conflito de Interesses) e 1.6.1 (c), da Seção 2 (Instruções às Empresas de Consultoria), do Contrato de Empréstimo n.º 1288/OC-BR-BIRD (folhas 64 a 65-Anexo I)- Programa de Proteção, Planejamento e Gestão para a Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESEC-AE) e a Estação Ecológica do Jardim Botânico (ESEC-JB) é taxativa e veda a adjudicação de contrato à empresa consultora que tenha relação familiar com membro do pessoal do Contratante **direta** ou **indiretamente** envolvido na preparação dos **Termos de Referência**, no **processo de seleção** e na **supervisão do contrato**. A saber:

**Conflito de Interesses**

1.6 A política do Banco exige que os Consultores prestem assessoramento profissional, objetivo e imparcial e a todo momento façam com que os interesses do Contratante preponderem sobre quaisquer outros e evitem rigorosamente qualquer conflito com outros serviços ou com seus próprios interesses institucionais, agindo sem ter em conta a obtenção de contrato para serviços futuros.

1.6.1 Sem que isso constitua limitação à cláusula anterior, por considerar-se que têm conflito de interesses, não serão contratados Consultores ou qualquer de seus associados em nenhuma das seguintes circunstâncias:

(...)

(c) Não se poderá adjudicar o contrato a uma Empresa Consultora (incluindo seu pessoal e subconsultores) que tenha uma relação comercial ou familiar com um membro do pessoal do Contratante direta ou indiretamente envolvido: (i) na preparação dos Termos de Referência dos serviços, (ii) no processo de seleção para os referidos serviços, ou (iii) na supervisão do Contrato, a menos que o conflito originado por esta relação tenha sido resolvido de forma aceitável pelo Banco no decorrer do processo de seleção e da execução do Contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

11. Tal norma, embora de natureza específica, atinente às regras estabelecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BIRD, amolda-se perfeitamente às diretrizes principiológicas da Constituição Federal, notadamente àquelas insculpidas no art. 37, **caput** e inciso XXI, c/c art. 3º da Lei de Licitações e tem similitudes axiológicas e teleológicas com o disposto no art. 9º da Lei n.º 8.666/93, muito embora ele não se refira expressamente a relações de parentesco.

12. Amparo-me, **mutatis mutandis**, no raciocínio engendrado por Marçal Justen Filho<sup>2</sup> que, interpretando o art. 9º da Lei n.º 8.666/93, esclarece:

O impedimento consiste no afastamento preventivo daquele que, por vínculos pessoais com a situação concreta, poderia obter benefício especial e incompatível com o princípio da isonomia. O impedimento abrange aquele que, dada a situação específica em que se encontram, teriam condições (teoricamente) de frustrar a competitividade, produzindo benefícios indevidos e reprováveis para si ou terceiro.

13. A regra erige presunção **iuris tantum** (presunção legal)<sup>3</sup> que não requer a efetiva influência em proveito próprio ou alheio<sup>4</sup>. Presume a violação ao bem jurídico e, por via de consequência, contenta-se com a mera potencialidade. De modo que, objetivamente, pouco importa, aqui, se o servidor agiu ou não em proveito próprio e do CONSÓRCIO GEOLÓGICA AMBIENTAL LTDA/ECOTECH TECNOLOGIA AMBIENTAL E CONSULTORIA LTDA, do qual foi cotista.

14. E ressalte-se, não estou com isso a negar a existência de ação visando à obtenção de vantagem, pois, como se verá adiante, há evidências de que, de fato, o Senhor Eduardo Henrique Freire, na condição de Superintendente do IBRAM/DF, influenciou no resultado do certame, em benefício do Consórcio vencedor.

15. A presunção edificada pela lei pressupõe lesividade aos princípios da **isonomia**, da **moralidade** e da **impeccabilidade** que, no caso sob exame, somente restaria afastada se também fosse afastado o vínculo gerador do obstáculo, qual seja a **confusão** entre as atividades exercidas pelo Sr. Eduardo Henrique Freire, na condição de Superintendente do IBRAM, e seu vínculo, inicialmente societário (folhas 58 a 62), e, após alteração contratual (folhas 63 a 65), familiar, com sócio cotista<sup>5</sup> da empresa ECOTECH TECNOLOGIA AMBIENTAL E CONSULTORIA LTDA. **Isso, definitivamente, não ocorreu.**

16. Acerca do tema, trago à colação excertos de Acórdãos do Tribunal de Contas da União que, pela similitude com os fatos apurados, agregam ao entendimento:

• Relatório do Ministro Relator  
(...)

<sup>2</sup> FILHO, Marçal Justen. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 12ª ed. Dialética: 2008. p. 151-152.

<sup>3</sup> Fato conhecido.

<sup>4</sup> Fato desconhecido.

<sup>5</sup> O Sr. Daniel Chevallier Freira (seu filho).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

4. O impedimento à contratação da empresa de parente de agente político não depende de estar configurado o favorecimento - aliás, este é vedado para qualquer licitante, independentemente de parentesco com o dirigente do órgão contratante. Trata-se de uma medida preventiva, decorrendo, como assinalado no Acórdão 1.632/2006 - Plenário, da possibilidade de evidente 'conflito de interesses' nos certames da Administração.

(...)

6. Dessa forma, considerando que o prefeito municipal é a autoridade que homologa o certame, além de possuir ascendência sobre a comissão de licitação, portanto com influência no processo de escolha do licitante vencedor, é evidente que deveria ter evitado a contratação da empresa de propriedade de seu genitor.

7. Assim, divergindo parcialmente da instrução, submeto os autos à consideração do Exmo. Sr. Ministro José Múcio Monteiro, propondo, preliminarmente, realizar, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, a audiência do Sr. Geraldo Anchieta Rosário Oliveira (CPF 726.313.506-00), prefeito municipal de Urucua/MG, para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa por ter contratado, por meio dos Processos Licitatórios 47/2009, na modalidade Pregão Presencial 21/2009; 52/2009, na modalidade Pregão Presencial 24/2009; e 47/2010, na modalidade Pregão Presencial 33/2010, a empresa Antônio Soares de Oliveira-ME, cujo titular é seu genitor, contrariando os arts. 18, inciso I, e 19 da Lei 9.784/1999, como também os princípios que regem a Administração Pública em geral, insculpidos no art. 37 da CF/88, e as licitações em particular, conforme art. 3º da Lei 8.666/1993.

(...)

Voto do Ministro Relator

**9. A despeito de não haver, na Lei nº 8.666/1993, vedação expressa de contratação, pela Administração, de empresas pertencentes a parentes de gestores públicos envolvidos no processo, a jurisprudência desta Corte tem se firmado no sentido de considerar que há um evidente e indesejado conflito de interesses e que há violação dos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade. (Acórdão n.º 1941/2013-Plenário, TCU) (destaquei);**

• (...)

26. Anoto que, mesmo diante da ausência de norma expressa na Lei 8.666/1993 vedando a participação em licitação de empresas com sócios parentes de servidores do órgão ou entidade promotora do certame, a jurisprudência deste Tribunal caminha nesse sentido. O acórdão 607/2011 - Plenário, mencionado pela Secex/PR, é exemplo disso, conforme trechos do voto a seguir reproduzidos:

‘45. Assevero que a irregularidade verificada no item 3.4 acima afronta os princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade que devem orientar a atuação da Administração Pública e, mesmo que a Lei nº 8.666, de 1993, não possua dispositivo vedando expressamente a participação de parentes em licitações em que o servidor público atue na condição de autoridade responsável pela homologação do certame, vê-se que foi essa a intenção axiológica do legislador ao estabelecer o art. 9º dessa Lei, em especial nos §§ 3º e 4º, vedando a prática de conflito de interesse nas licitações públicas, ainda mais em casos como o ora apreciado em que se promoveu a contratação de empresa do sobrinho do prefeito mediante convite em que apenas essa empresa compareceu ao certame.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

46. Ressalto que a ação dos gestores públicos deve pautar-se sempre pela busca do atendimento aos princípios insculpidos na Constituição, mormente os que regem a Administração Pública. E, como ensina Celso Antônio Bandeira de Mello, in Curso de Direito Administrativo, Editora Malheiros, 17ª Ed., 2004, pág. 842: **‘violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos’**.

47. Condutas tais como a ora examinada têm sido reiteradamente rechaçadas por este Tribunal (...) (Acórdão n.º 1511/2013-Plenário, TCU) (destaquei);

- Mesmo reconhecendo que a baixa materialidade do contrato mitiga a gravidade da ocorrência descrita, impõe garantir respeito ao cânon da moralidade. Dessa forma, deve ser determinado ao CRO/TO que se abstenha de celebrar ou renovar contratos de locação de imóveis cujos locadores possuam vínculo de parentesco com conselheiro ou dirigente da Entidade, sempre que a avença não tenha sido precedida de certame licitatório em que tenham sido observados os princípios contidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93. (Acórdão n.º 1785/2003-Segunda Câmara); e

- **A participação de empresa cujo sócio tenha vínculo de parentesco com servidor da entidade licitante afronta, por interpretação analógica, o disposto no art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993. A alteração do contrato social no curso do certame não descaracteriza a irregularidade e constitui indício de simulação e fraude à licitação.**

Representação apontou possível irregularidade na Concorrência 001/2007, promovida pela Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI/MEC, objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços de publicidade e propaganda. Segundo a representante, a participação no certame e posterior contratação de empresa cujo sócio – detentor de 30% do capital social – pertencia ao quadro de pessoal da promotora da licitação (FUFPI) configurou afronta ao disposto no artigo 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993, bem como ao item 5.1 do edital, que assim dispôs: ‘5.1. Não poderão participar da licitação as empresas que tenham entre seus dirigentes, gerentes, sócios detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital social, dirigentes, responsáveis e técnicos, servidor ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação e empresas em consórcio.’ **A unidade técnica destacou que, no curso da licitação, o servidor da FUFPI retirou-se da sociedade, sendo substituído por sua filha.** Destacou ainda que a referida empresa teria sido beneficiária de 21 processos de dispensa de licitação depois do ingresso do referido servidor no quadro societário. O relator, em consonância com a unidade técnica, rejeitou as justificativas apresentadas pela empresa e pelo servidor, ao concluir que **a alteração efetivada no contrato social da empresa teve por objetivo afastar o impedimento tipificado no art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993.** Apontou ainda a ocorrência de simulação com o intuito de fraudar o procedimento licitatório. Argumentou que **‘mesmo ao se considerar lícita a alteração do contrato social, não se afastou do impedimento constante do art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993’**. Isso porque, **‘consoante a jurisprudência desta Corte, as vedações explicitadas nesse dispositivo legal estão sujeitas a analogia e interpretação extensiva ...’**. Ou seja, **‘qualquer situação que não esteja prevista na lei, mas que viole o dever de probidade imposto a todos os agentes públicos ou pessoa investida desta qualidade, deve ser proibida, por ser incompatível com os princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade’**. (Acórdão 1170/2010-Plenário). Especificamente em relação à participação de parentes em licitação, citou o Acórdão 607/2011-Plenário, no sentido de que ‘mesmo que a Lei nº 8.666, de 1993, não possua dispositivo vedando





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

expressamente a participação de parentes em licitações ..., vê-se que foi essa a intenção axiológica do legislador ao estabelecer o art. 9º dessa Lei, em especial nos §§ 3º e 4º, vedando a prática de conflito de interesse nas licitações públicas ...'. Ao se reportar ao caso concreto, destacou que a influência do servidor sobre os gestores da FUFPI foi determinante para a ocorrência das sucessivas contratações diretas da empresa. (Acórdão 1019/2013-Plenário, TC 018.621/2009-7, Relator Ministro Benjamin Zymler, 24.4.2013) (destaquei).

17. Traço, ainda, paralelo entre o que dispõe a regra constante do item 1.6.2 do Contrato de Empréstimo n.º 1288/OC-BR-BIRD (folhas 64 a 65-Anexo I) e a norma edificada pelos artigos 18 e 19, da Lei n.º 9.784/1999<sup>6</sup>, ambas, no entendimento deste **MPCDF**, aplicáveis à espécie e de semelhante teor axiológico. Reproduzo, respectivamente:

• 1.6.2 Todos os Consultores **têm a obrigação de revelar qualquer situação real ou potencial de conflito que possa afetar sua capacidade de servir aos melhores interesses do Contratante ou que se possa perceber que tenha este efeito de conflito.** A omissão destas situações pode levar à desqualificação do Consultor ou à rescisão de seu contrato. (destaquei).

• Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:  
**I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;**  
II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;  
III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.  
**Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.** (destaquei).

18. Tanto em uma, como noutra hipótese, caberia ao servidor Justificante comunicar, imediatamente, a circunstância ensejadora do impedimento e **abster-se de atuar no processo.** Ressalte-se, as normas listadas não intencionam evitar apenas a **atuação ostensiva**, de natureza meramente formal.

19. Óbvio, abrangem toda e qualquer conduta tendente a afligir a impessoalidade, a moralidade e a isonomia, seja ela aparente (formal), consubstanciada na prática de atos processuais ostensivos, ou oculta (material), que, embora não formalizada nos autos, de algum modo exerça influência na formação do ato administrativo.

20. O Sr. Eduardo Henrique Freire, na visão deste **Parquet** especializado, mesmo incorrendo no impedimento legal e contratual, manteve-se inerte, descumprindo os normativos citados.

21. Para além disso, este **Parquet** especializado, com base nas informações juntadas pela Unidade Técnica, está convicto de que o Sr. Eduardo Henrique Freire, não apenas descumpriu as disposições normativas, dando azo à incidência da presunção legal; mas também

<sup>6</sup> Recepcionada no Distrito Federal pela Lei n.º 2834/2001.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

exerceu influência sobre o processo de seleção que implicou a contratação do CONSÓRCIO GEOLÓGICA AMBIENTAL LTDA/ECOTECH TECNOLOGIA AMBIENTAL E CONSULTORIA LTDA.

22. Esse entendimento, aliás, já havia sido consignado no Parecer n.º 1248/2009-DA, de 26 de outubro de 2009 (folhas 123 a 132) e não restou elidido pelas razões de justificativa juntadas.

23. Ademais, as condutas inquinadas foram sobejamente demonstradas pela Terceira Inspeção de Controle Externo na Informação n.º 20/2011-3ª ICE/GAB (folhas 233 a 243), que faço questão de relembrar:

- a) conforme destacado no relatório de fls. 159/164, o Sr. Eduardo Henrique Freire declarou perante a Comissão de Avaliação de Dano e Procedimento Disciplinar – CADPD que **antes da publicação do edital teve conhecimento do Termo de Referência para a elaboração do estudo, pois como Superintendente, foi consultado a respeito**. Trata-se do termo de referência para seleção de consultores para o Programa de Proteção, Planejamento e Gestão para a Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESEC-AE) e a Estação Ecológica do Jardim Botânico (ESED-JB), com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (fls. 153/195), parte integrante do edital;
- b) o conhecimento prévio do Termo de Referência possibilitou ao servidor ter acesso à experiência e aos conhecimentos requeridos para formação da equipe de trabalho (fl. 166 do Anexo I), que fez parte do critério de avaliação da proposta técnica – item 3.3 EQUIPE CHAVE – 50 pontos, referenciado às folhas 08 e 09 do Anexo III, bem como conhecimento das atividades necessárias para elaboração do Programa para as estações Ecológicas de Águas Emendadas e Jardim Botânico (folhas 158/176 do Anexo I), que também foi critério de pontuação técnica, no item 3.2 Metodologia e Plano de Trabalho – 30 pontos (fls. 07/08 do Anexo III). Observa-se, ainda, que nesses dois casos, o consórcio ECOTECH/GEOLÓGICA recebeu a maior pontuação total (fl. 20); e
- c) mesmo impedida de participar da licitação, a empresa ECOTECH, da qual era sócio cotista, integrou a lista de participantes do referido certame. Para tanto, o Sr. Eduardo transferiu sua cota parte para seu filho Daniel Chevallier Freire, por meio da 3ª alteração contratual da empresa ECOTECH, entendendo que isso seria suficiente para resolver o conflito de interesse em razão do cargo que ocupava na Administração Pública e por ser integrante de empresa participante do certame. Entretanto, esta providência não saneou a questão, pois as normas do agente financiador (BID) para a referida contratação proíbem expressamente a adjudicação do contrato à empresa consultora que tenha relação comercial ou familiar com um membro do pessoal contratante direta ou indiretamente envolvido na preparação do Termo de Referência dos serviços e na execução do contrato (item 1.6.1 Atividades conflituosas, (c), (i) e (iii) (folhas 64 e 65 do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

Anexo I). Além disso, a conduta do Sr. Eduardo feriu os princípios insculpidos no art. 3º da Lei de Licitações, de isonomia, moralidade e impessoalidade; e

- d) o único participante classificado quando do exame das propostas técnicas foi o consórcio GEOLÓGICA/ECOTECH, que se sagrou vencedor do certame.

24. Assim, este **Ministério Público de Contas**, perfilhando o entendimento consignado pelo Corpo Técnico, entende que as razões apresentadas devem ser consideradas improcedentes e o e. **TCDF** deve, nesse caso, aplicar ao Sr. Senhor Eduardo Henrique Freire a sanção prevista no do art. 57, inciso II, da Lei Orgânica do TCDF, por ofensa aos princípios expressos no art. 37, caput e inciso XXI, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei das Licitações, bem como por desrespeito às políticas de contratação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, uma vez que:

- (a) quando foi deflagrado o processo de seleção que deu origem ao Contrato nº 17/08, celebrado entre a Secretaria de Obras e o consórcio GEOLÓGICA/ECOTECH, ocupava o cargo de Superintendente de Gestão de Áreas Protegidas do IBRAM/DF – órgão diretamente interessado na contratação; participando ativamente, como demonstrou a Instrução, do certame; e, em manifesto conflito de interesses, concomitantemente, integrava o quadro societário da empresa ECOTECH;
- (b) como titular do cargo referido, teve conhecimento do Termo de Referência para a elaboração do estudo antes da publicação do edital, consoante declarou à Comissão de Avaliação de Dano e Procedimento Disciplinar – CDPD, da SEDUMA, implicando potencial lesividade aos princípios da isonomia, da moralidade e da impessoalidade; e
- (c) o conflito de interesses retratado não restou elidido em razão da transferência realizada pelo servidor de suas quotas de participação na empresa ECOTECH, nos termos da Alteração Contratual nº 03 da Sociedade. Ao contrário, a citada transferência, na visão deste **MPCDF**, longe de intencionar afastar o conflito, pretendeu ocultá-lo, com o objetivo de auferir vantagem decorrente da contratação.

25. A conduta descrita é grave e constitui ato de improbidade administrativa, na forma prevista no art. 11, da Lei n.º 8429/1992, por malferir os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições; além de subsumir-se, a toda evidência, aos tipos penais descritos no art. 90 da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 321 do Código Penal, requerendo a adoção das providências previstas em lei. Transcrevo, respectivamente:

- Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:  
(...);



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

• Art. 82. Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

Art. 83. Os crimes definidos nesta Lei, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.

Art. 84. Considera-se servidor público, para os fins desta Lei, aquele que exerce, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público.

§ 1º Equipara-se a servidor público, para os fins desta Lei, quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, assim consideradas, além das fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, as demais entidades sob controle, direto ou indireto, do Poder Público.

§ 2º A pena imposta será acrescida da terça parte, quando os autores dos crimes previstos nesta Lei forem ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da Administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública, ou outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo Poder Público.

Art. 85. As infrações penais previstas nesta Lei pertinem às licitações e aos contratos celebrados pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios, e respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, e quaisquer outras entidades sob seu controle direto ou indireto.

(...)

**Seção III**

**Dos Crimes e das Penas**

(...)

Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

**Advocacia administrativa**

Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo:

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.

26. A conduta, ademais, indica a inaptidão do responsável para ocupar cargo comissionado ou função de confiança na Administração, especialmente aqueles ligados à gestão de recursos públicos. Ressalte-se, de tão grave a conduta, o legislador resolveu tipificá-la como crime, conforme dispositivos retro mencionados. Inegável, portanto, a gravidade dos fatos, constituindo-se fundamento legítimo para aplicação da sanção prevista no art. 60 da Lei Complementar nº 1/94, consistente na inabilitação por cinco a oito anos para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal.

27. É temerário o exercício de cargos ou funções com poder decisório pelo responsável, pois a postura adotada é incompatível com a função de comando, a quem compete zelar pela observância dos princípios da Administração Pública, especialmente os princípios da moralidade e da impessoalidade.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

28. Por isso, este membro do Ministério Público de Contas propõe ao e. Plenário que considere, por maioria absoluta, grave as infrações cometidas pelo responsável, de modo a inabilitá-lo para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, consoante dispõe o art. 60 da LC nº 1/94.

29. Mas não apenas isso. Embora a presente análise esteja concentrada na conduta de cotista da empresa licitante (pessoa física) e o e. **Plenário**, por meio da Decisão n.º 5128/2013, tenha optado por não determinar a audiência do CONSÓRCIO GEOLÓGICA AMBIENTAL LTDA/ECOTECH TECNOLOGIA AMBIENTAL E CONSULTORIA, este **Órgão Ministerial**, em razão do conjunto probatório, insiste que os interesses da pessoa jurídica contratada e a aferição de sua idoneidade, a bem do interesse público e da probidade, não podem ficar fora do campo de investigação da Administração; o que, na visão deste **MPCDF**, ainda deverá ser feito pelo próprio Poder Executivo, a teor do que dispõe o art. 87 e art. 88, incisos II e III, da Lei n.º 8.666/1993, c/c artigos 5º, 6º e 8º do Decreto n.º 26.851/2006<sup>7</sup>, em conformidade com rito estabelecido, a saber:

• Seção II

Das Sanções Administrativas

(...)

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

(...)

Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;**

**III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. (destaquei) (Lei n.º 8.666/93).**

• SUBSEÇÃO III

Da Suspensão

Art. 5º A suspensão é a sanção que suspende temporariamente a participação de contratado em licitações e o impede de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral do adjudicado e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, com a suspensão inscrita no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

<sup>7</sup> Alterado pelos Decretos n.ºs 26.993/2006 e 27.069/2006.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, ou pregão para inclusão no Sistema de Registro de Preços, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de

validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento; a reabilitação de dará com o pagamento.

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da

autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - o ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e produzirá os seguintes efeitos:

I - se aplicada pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços, implicará na suspensão, por igual período, perante todos os órgãos/entidades subordinados à Lei Distrital no 2.340, de 12 de abril de 1999, e alterações posteriores;

II - se aplicada pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro

de Preços, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, implicará na suspensão perante o órgão sancionador.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

#### **SUBSEÇÃO IV**

##### **Da Declaração de Inidoneidade**

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado de Fazenda, à vista dos motivos informados pela Subsecretaria de Compras e Licitações.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo de até dois anos de sancionamento.

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

(...)

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;**

**III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados. (destaquei) (Decreto n.º 26.851/2006).**

30. Nesse caso, este **Órgão Ministerial**, dada a sanção em tese aplicável (declaração de inidoneidade), entende que esta apuração, conforme art. 87, §3º, da Lei 8.666/93, deverá ficar a cargo da Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, a quem sugere sejam determinadas providências nesse sentido.

31. Em relação às justificativas apresentadas pelos membros da Comissão Especial de Licitação, este **Órgão Ministerial** entende que, embora seja difícil aferir em que extensão ocorreu o referido exame<sup>8</sup>, assiste razão à Unidade Técnica quando assevera que houve falha na apreciação dos documentos apresentados.

32. Se por um lado este **Parquet** especializado entende razoável curvar-se ao argumento de que era complexo, para a Comissão de Licitação, o processo de cruzamento de vínculos de parentesco entre sócios de empresas licitantes e servidores públicos, bem como a análise de participação de servidores no quadro societário de empresas licitantes; certo é que, no caso sob exame, seria relativamente simples à Comissão Especial de Licitação a verificação da alteração societária efetuada (folhas 63 a 65) e, por via de consequência, a participação do Sr. Eduardo Henrique Freire nos quadros societários da ECOTECH TECNOLOGIA AMBIENTAL E CONSULTORIA LTDA.

33. Como bem ponderou a Unidade Técnica, far-se-ia tal constatação com a simples leitura do contrato social da empresa (folhas 58 a 65), especialmente quando o citado servidor<sup>9</sup> e todos os membros da referida comissão pertenciam ao corpo funcional do mesmo órgão, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal-IBRAM (folha 07, do Anexo I), e um deles, a Sra. Luizalice Barbaro Guimarães Labarrere, admitiu expressamente conhecer a condição do Sr. Eduardo Henrique Freire, inclusive o fato de ter transferido suas cotas da empresa ECOTECH (parágrafo 6º, “b”, retro).

34. Não apenas isso, a Unidade Técnica constatou que o Sr. Edilson Domingos Vieira, Presidente da Comissão Especial de Licitação, era subordinado direto do Senhor Eduardo Henrique Freire (parágrafo 7º, “a”, retro), o que tornam ainda mais frágeis e menos críveis os argumentos dos Justificantes.

<sup>8</sup> A Instrução afirmou que a Comissão limitou-se ao exame dos quesitos técnicos.

<sup>9</sup> Superintendente de Gestão de Áreas Protegidas do IBRAM.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

35. Ademais, a omissão constatada admitiu a atuação indevida, na condição de representante da empresa ECOTECH, do Sr. Luiz Gomes Pieruceti, sem que tivesse poderes formais de representação. Acerca desse fato, apenas o Sr. Ayton Lopes Santos, **en passant**, fez referência à falha, sem nada modificar ou esclarecer.

36. Dessa forma, este **MPCDF** entende que as razões trazidas pelos membros da Comissão de Licitação nada inovam ao conjunto probatório, de modo que devem ser consideradas improcedentes, para lhes aplicar a multa prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994.

37. No mesmo sentido, reproduzo excerto do Acórdão n.º 1019/2013-TCU, Plenário, de relatoria do Ilustre Ministro Benjamin Zymler:

Ponderou, contudo, que a imposição de penalidades deveria ocorrer somente sobre a empresa, uma vez que não houve débito e que a conduta do servidor escapou à jurisdição do TCU por ter sido “praticada na condição de sócio da empresa e não como gestor de recursos públicos ...”. Em relação aos membros da comissão de licitação, ressaltou que **“esses responsáveis tiveram conhecimento de que a empresa possuía, de forma relevante, em seu quadro societário parente de servidor da entidade”**. O Tribunal, ao acolher a proposta do relator, decidiu em relação a essa irregularidade: a) declarar, com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/1992, a empresa inidônea para participar de licitações promovidas pela Administração Pública Federal pelo prazo de três anos; **b) aplicar aos membros da comissão de licitação a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992;** c) encaminhar cópia da decisão à FUFPI para que averigue a pertinência de instauração de processo administrativo disciplinar para apurar eventuais desvios de conduta praticados pelo servidor. Precedentes mencionados: Acórdãos 1.170/2010 e 607/2011, todos do Plenário. (destaquei).

38. Por todo o exposto, inteiramente de acordo com a Unidade Técnica, mas acrescentando fundamentos e providências, este **Órgão Ministerial** sugere ao e. **Plenário**:

- I- tome conhecimento das razões de justificativa apresentadas em função das letra “a” e “b” do item III da Decisão n.º 5.128/2013 (fls. 312/325 e 329/335), considerando-as, no mérito, improcedentes;
- II- delibere pela aplicação da multa prevista no inciso II do art. 57 e da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Distrito Federal prevista no art. 60 ambos da Lei Orgânica do TCDF ao Sr. Eduardo Henrique Freire, por ofensa aos princípios insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal e no art. 3º da Lei das Licitações, bem como por desrespeito às políticas de contratação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, haja vista que: (1) quando foi deflagrado o processo de seleção que deu origem ao Contrato n.º 17/08, celebrado entre a Secretaria de Estado de Obras e o consórcio GEOLÓGICA/ECOTECH, ocupava o cargo de Superintendente de Gestão de Áreas Protegidas do IBRAM/DF – órgão diretamente interessado na contratação – e, concomitantemente, integrava o quadro societário da



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

- empresa ECOTECH; (2) como titular do cargo referido no item 1, teve conhecimento do Termo de Referência para a elaboração do estudo antes da publicação do edital, consoante declarou à Comissão de Avaliação de Dano e Procedimento Disciplinar – CDPD, da SEDUMA; (3) o conflito de interesses retratado no item 1 não restou elidido em razão da transferência realizada pelo servidor de suas quotas de participação na empresa ECOTECH, nos termos da Alteração Contratual nº 03 da Sociedade;
- III- delibere pela aplicação da multa prevista no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94 aos Srs. Luizalice Barbaro Guimarães Labarrere, Edilson Domingos Vieira e Aylton Lopes Santos Senhora por: (1) consentirem com a participação de empresa que tinha em seu quadro societário servidor público lotado no órgão interessado na contratação, em descompasso com os princípios constitucionais norteadores e com as políticas de contratação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – conflito de interesses que a Alteração Contratual nº 03 da ECOTECH não elidiu –, e (2) haverem permitido que sócio cotista praticasse atos e firmasse o Contrato n.º 17/08 sem o devido respaldo do contrato social ou do representante legal, ofendendo os artigos 3º e 28, III, c/c art. 43, inciso I, da Lei nº 8.666/93;
- IV- uma vez que restou comprovada a prática de atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação; determine à Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, nos termos do art. 87, §3º, da Lei 8.666/93, a instauração do devido processo objetivando a aferição da idoneidade das empresas que compõem o CONSÓRCIO GEOLÓGICA AMBIENTAL LTDA/ECOTECH TECNOLOGIA AMBIENTAL E CONSULTORIA LTDA; e
- V- autorize o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.

É o parecer.

Brasília, 5 de setembro de 2014.

**Demóstenes Tres Albuquerque**  
**Procurador**